

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 1, Número 1, Maio de 2012

Dossiê China

O “Autoritarismo em Rede”

Rebecca MacKinnon

A Batalha pela Internet

Xiao Qiang

O Abrupto Crescimento da Religião

Richard Madsen

Corrupção na Índia Uma Ameaça Persistente

Sumit Ganguly

A Turquia sob o AKP Os Direitos e as Liberdades estão Assegurados?

Berna Turam

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**



FUNDAÇÃO IFHC | CENTRO EDELSTEIN

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ASSESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Antonio Mitre

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Tania Quintaneiro

REVISÃO TÉCNICA

Rodrigo Brandão

Apresentação

Este é o primeiro número da edição em português do *Journal of Democracy*, periódico editado em inglês pelo *National Endowment for Democracy*. Publicaremos duas edições por ano, somente em versão eletrônica. O objetivo é oferecer artigos de muito boa qualidade, escritos em linguagem não acadêmica, sobre processos políticos e sociais que afetam a democracia e a dinâmica do sistema internacional. Trata-se de mais uma iniciativa do projeto Plataforma Democrática, que a Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso e o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais conduzem desde 2008, com o propósito de fortalecer a cultura e as instituições democráticas por meio do debate de ideias.

Esta edição traz cinco artigos. Dois deles se referem aos usos políticos da Internet na China. É sabido que o governo chinês exerce controle sobre a difusão de informações e mensagens tidas como politicamente perigosas à estabilidade do regime. Sabe-se igualmente que a Internet é um dos ambientes em que esse controle se exerce. No entanto, nossos conhecimentos sobre o tema em geral terminam por aí. “O ‘Autoritarismo em Rede’ na China”, de Rebecca MacKinnon, e “A Batalha pela Internet na China”, de Xiao Qiang, da Universidade da Califórnia em Berkley, ampliam-nos a visão sobre o assunto. Os autores revelam não apenas como o controle se exerce no “autoritarismo em rede”, mas também como e em que medida, em meio à “batalha pela Internet”, abrem-se espaços de participação e contestação política na China. Qiang argumenta que a Internet está mudando as relações entre Estado e Sociedade naquele país. Relativamente otimista, aponta a “emergência de um padrão de opinião pública e de participação cidadã que representa uma mudança de poder na sociedade chinesa”. Já MacKinnon põe ênfase na capacidade que as autoridades chinesas têm de produzir e moldar as informações que circulam na Internet, de modo a favorecer a con-

tinuidade do regime: “o sistema não controla todo o povo durante todo o tempo, mas ele é eficiente o suficiente para que mesmo os chineses melhores e mais brilhantes não se deem conta da extensão na qual sua compreensão de seu próprio país – para não mencionar o mundo no sentido mais amplo – está sendo iludida e manipulada”.

O pequeno “dossiê” sobre a China traz ainda o artigo de Richard Madsen, da Universidade da Califórnia em San Diego, que aborda o fracasso da política de completa secularização da sociedade chinesa, primeiro pela coerção, durante os anos da Revolução Cultural, e depois, pela difusão da educação científica, desde o início das reformas de Deng Xiaoping. Madsen discute até que ponto o Cristianismo, o Islamismo e o Budismo Tibetano constituem ameaças ao domínio do Partido Comunista Chinês, e como este percebe (e reage à) essa ameaça. Cada qual de seu ângulo, os três artigos relativos à China nos oferecem informações e perspectivas novas para entender a dinâmica política e social neste que é o maior poder emergente na cena internacional.

Completam esta primeira edição dois artigos sobre outras potências emergentes, que vêm passando por transformações sociais e políticas intensas nos últimos anos. Berna Turam, professora da Universidade de Northeastern em Boston, nascida e educada na Turquia, escreve sobre as tensões internas do “modelo turco”, que desde a eleição do Partido da Justiça e do Desenvolvimento em 2002, vem combinando modernização e crescimento econômicos com democracia e pluralismo, sob a liderança de um partido de orientação islâmica. Sumit Ganguly, por sua vez, intelectual de origem indiana, põe foco sobre o movimento anticorrupção desencadeado na Índia pela greve de fome do ativista Kisan Baburao “Anna” Hazare, no primeiro semestre de 2001. Ambos os autores colocam em xeque visões simplistas sobre os assuntos abordados.

Em “A Turquia sob o AKP: os direitos e as liberdades estão assegurados?”, Turam analisa os perigos que a hegemonia do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP, na sigla em turco) acarreta para a democracia e sugere ser precipitada a conclusão de que na Turquia se alcançou uma fórmula estável de convivência entre maioria social

e política islâmica, estado laico, democracia e pluralismo. Os perigos estariam não apenas das tentações hegemônicas do AKP, nos planos da política e da cultura, mas também da ausência de firmes convicções democráticas nas principais forças de oposição, ainda presas à tradição de autoritarismo laico que marcou profundamente o país ao longo do século XX.

Ganguly aponta os riscos que a corrupção endêmica coloca para o regime democrático na Índia, a despeito da existência de instituições concebidas para identificar e punir práticas corruptas entre agentes públicos e privados. Por isso, o autor ressalta os aspectos positivos da mobilização social em favor da criação de um órgão anticorrupção independente do governo, com vastos poderes para agir, inclusive a partir de denúncias diretas de população. Por outro lado, não lhe escapa os riscos de tal órgão responder “ao apetite por remédios extrassistêmicos (e talvez até antissistêmicos)”, desencadeando dinâmicas que enfraqueceriam, ao invés de fortalecer, as instituições e a cultura democráticas na Índia. A chamada “Jan Lockpal Bill”, também conhecida como a “Lei do Ombudsman do Cidadão”, continua a mobilizar corações e mentes no governo, no parlamento e na sociedade daquele país.

Os cinco artigos que compõem este número, embora se refiram a realidades nacionais específicas, lidam com questões – as relações entre poder, comunicação e Internet, entre religião e política, entre estado laico e democracia, etc – que transcendem fronteiras nacionais e se colocam no centro da reflexão sobre a democracia no mundo contemporâneo. E o fazem com alta qualidade acadêmica, em linguagem não cifrada, a partir de ângulos diferentes, de modo a permitir ao leitor uma compreensão mais ampla e matizada sobre os principais desafios da e à democracia na época em que vivemos.

Marca-se, assim, desde o início, a linha editorial que seguiremos nas edições do *Journal of Democracy* em Português.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto
Diretores de Plataforma Democrática

A Turquia sob o AKP

OS DIREITOS E AS LIBERDADES ESTÃO ASSEGURADOS?*

Berna Turam

*Berna Turam é professora do Programa de Relações Internacionais da Universidade Northeastern, em Boston, Massachusetts. É autora de *Between Islam and the State: The Politics of Engagement* (2007).*

De depois de quase uma década de vitórias eleitorais sucessivas do pró-islâmico Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), em eleições livres e justas, a intensidade do desacordo no interior e a respeito da política turca tem aumentado dramaticamente. O AKP tem aumentado consistentemente seu percentual de votos no curso das três últimas eleições nacionais para o parlamento (2001, 2007 e 2011) ao obter o apoio não apenas dos muçulmanos mais devotos, mas também de outros turcos menos religiosos que votam no AKP com a esperança de melhorias econômicas ou de mais reformas políticas e democratização. No entanto, o *status* da Turquia como um Estado secular com um governo pró-islâmico desde 2002 tem assumido um caráter ambivalente nos discursos tanto do mundo acadêmico, quanto da mídia.

Por um lado, a Turquia é vista com frequência como um país que fornece ao mundo muçulmano mais amplo um modelo de como integrar um potente movimento islâmico ao marco de uma democracia constitucional secular – e sem dúvida um dos que tem realizado sig-

* Publicado originalmente como “Turkey Under AKP – Are Rights and Liberties Safe?”, *Journal of Democracy*, Volume 23, Número 1, Janeiro de 2012 © 2012 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

nificativas reformas políticas com vistas a se tornar membro pleno da União Europeia e a alcançar melhorias gerais na qualidade da democracia. Por outro lado, ouvimos mais e mais a respeito da Turquia como um país fortemente dividido sobre questões de minorias e de direitos humanos, de liberdade de expressão e de autonomia midiática e acadêmica, e assolado por conflitos entre islâmicos e secularistas severos o bastante para sugerir que essa é uma sociedade dividida entre as civilizações ocidental e muçulmana.

Qualquer lista de reformas favorável à democracia liberal constitucional na Turquia deve começar pela observação de que o domínio hegemônico militar sobre a vida política civil foi restringido, como explica mais detalhadamente Ersel Aydinli em seu artigo “Civil-Military Relations Transformed” (*Journal of Democracy*, janeiro de 2012, vol. 23, nº1). Em seguida, essa lista deve apresentar um balanço sobre a maior abertura observada hoje em dia em relação às preocupações a respeito da grande minoria curda, cuja situação é discutida por Ragan Updegraff em *Journal of Democracy*, janeiro de 2012, vol. 23, nº1. Além das mudanças relativas aos militares e aos curdos, as mulheres têm recebido crescente proteção contra a violência. As reformas políticas do AKP e os esforços deliberados para tornar a Turquia um membro pleno da União Europeia continuaram a todo vapor em seu primeiro mandato (de 2002 a 2007), mas diminuíram seu ritmo a partir de então, até culminarem na controvérsia constitucional que ocorreu em 2010.

A atual constituição da Turquia é a mais secular do mundo muçulmano, mas ela também é, provavelmente, o legado mais explícito do governo autoritário no país. Um produto do golpe militar de 1980, a constituição é notavelmente frágil quando se trata da proteção aos direitos civis e às liberdades individuais, mas forte para proteger o Estado da prestação de contas aos cidadãos e à sociedade civil. Apesar disso, a controvérsia entre os que apoiam e os que se opõem às mudanças constitucionais que o AKP submeteu a referendo em 12 de setembro de 2010 tem pouco ou nada a ver com a

expansão da liberdade. Ao invés de criticar a agenda constitucional do AKP a partir de uma postura liberal crítica, os opositores secularistas ao governo pró-islâmico contentaram-se com a discussão verbal sobre aquele governo ser, ou não, competente para mudar a constituição. Concretamente, a oposição esteve preocupada principalmente com a “mudança no equilíbrio de poder no sistema judiciário”¹, e não com antigas questões sobre as liberdades individuais. Os problemas constitucionais mais urgentes encontram-se na área das liberdades individuais, que foram amplamente esquecidas devido ao fato de as principais vozes da oposição estarem menos motivadas pelo amor à liberdade do que pelo temor em relação ao primeiro-ministro do AKP, Recep Tayyip Erdoğan, e seu crescente domínio sobre a vida política turca.

Quase três quintos (58%) dos cidadãos turcos votaram “sim” no referendo de 2010, que mudou nada menos que 24 disposições constitucionais. Com exceção de poucas emendas – o reconhecimento da ação afirmativa para mulheres, crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais; a proibição de investigação secreta pelo Estado de dados pessoais; e barreiras mais altas para que a Corte Constitucional consiga dissolver partidos –, a maior parte das mudanças tratou de estruturas e procedimentos ao invés de assuntos de liberdades individuais e de direitos civis. Uma dessas emendas supostamente liberadoras enfureceu as feministas por colocar os direitos das mulheres na mesma categoria dos direitos das crianças e das pessoas com necessidades especiais. Ao invés de empreender uma expansão notável nos direitos civis e nas liberdades políticas, as reformas foram relacionadas, principalmente, à mudança no equilíbrio do poder em favor dos funcionários eleitos em comparação ao dos funcionários indicados. Em outras palavras, o referendo emponderou o governo eleito do AKP – de orientação islâmica – em suas disputas com juizes e burocratas secularistas do tipo que vinha dominando há muito tempo o Estado turco, apesar de não possuir cargos eletivos. Além de expandir a Corte Constitucional de onze para dezessete juizes e de conferir ao parlamento (dominado pelo AKP) um

papel mais amplo na nomeação daqueles, as emendas reestruturaram o Alto Conselho de Juízes e de Promotores – que indica, promove e disciplina juízes e promotores.

Ao enfraquecer o controle dos kemalistas seculares no judiciário, as emendas tiveram um cunho democratizante. Em 2007 e 2008, a Corte Constitucional deu alguns passos que pareciam muito mais políticos do que legais – reinstituindo a proibição do véu, após o AKP a ter suspenso; permitindo que a conclusão do processo legal que acusava esse partido de “atividades antisseculares” fosse adiante antes de ser finalmente arquivado; e mudando o tamanho do quorum necessário para o parlamento eleger um presidente. Paradoxalmente, no entanto, embora essas reformas constitucionais visassem restringir “o papel tutelar da Corte Constitucional, procurando cumprir os padrões europeus aceitos”, elas falharam em limitar o robusto papel presidencial na nomeação da Corte Constitucional; agora, o presidente escolhe quatorze dos dezessete juízes².

De maneira geral, as emendas de 2010 evidenciam uma concentração na divisão islâmicos *versus* seculares e uma tendência correspondente a negligenciar necessidades prementes de uma reforma política liberal. Exibindo descuidadamente pontos cegos similares e jogando jogos de poder semelhantes, o governo e sua oposição secularista permanecem igualmente desinteressados em expandir as liberdades individuais e os direitos civis. Existem alguns grupos e indivíduos firmemente posicionados do lado da democracia liberal, mas eles são ofuscados por kemalistas e islâmicos e por suas rivalidades.

Conversas sobre mudanças constitucionais (e, de fato, uma lei básica totalmente nova) estavam em andamento no momento da redação deste artigo, em dezembro de 2011. O que se poderia esperar é que o AKP, tendo assegurado sua posição, permitiria que a próxima rodada de reformas fosse sobre a expansão de direitos e de liberdades. Infelizmente, no entanto, as notícias mais recentes sugerem que está ocorrendo o oposto. O terceiro mandato do AKP está se confi-

gurando como um período no qual reformas por liberdades maiores e mais seguras ficam atrás do esforço por mudanças constitucionais.

Atualmente, cerca de setenta jornalistas e um número crescente de acadêmicos estão na cadeia ou sob alguma forma de detenção enquanto se preparam para enfrentar acusações de atividade política ilegal ou de manter laços com grupos terroristas. Em quase todos os casos, a “ofensa” de fato é a de terem expressado uma opinião política ofensiva a respeito de alguém no poder. O Conselho Europeu expressou recentemente sua preocupação pelo fato de mais de mil casos em julgamento na Corte Europeia de Direitos Humanos serem relacionados a temas de liberdade de expressão na Turquia³. Acadêmicos turcos estão mais ocupados do que nunca condenando as prisões de ativistas legítimos, estudiosos e professores cujas pesquisas tocam em temas que o governo do AKP julga politicamente sensíveis. A Associação de Estudos sobre o Oriente Médio enviou cartas abertas a Erdoğan pedindo a ele que faça algo a respeito do declínio da liberdade acadêmica. Juntamente com seus colegas no Ocidente, os acadêmicos turcos têm se organizado desde 2009 contra os ataques do governo à pesquisa, ensino, tradução e publicação.

As cortes turcas estão formando concluídos em processos injustos ao sujeitar os detidos a esquemas de vigilância anteriores ao julgamento e ao enviá-los a prisões de segurança máxima que obstruem o trabalho de preparo da defesa dos casos. O governo também tem sido ativo no campo da censura à Internet, negando o acesso a vídeos do YouTube e, ocasionalmente, fechando *websites* satíricos ou de alguma forma críticos. A ironia de se restringir direitos e liberdades em um momento de grandes reformas constitucionais tomou proporções lamentáveis em casos de abuso sexual infantil nos quais os acusados receberam punições extremamente leves (se comparados aos acusados políticos) após as cortes aceitarem argumentos de defesa altamente problemáticos sobre a capacidade de consentimento de meninas menores de idade⁴.

Reformas Públicas, Medos Íntimos

Não é surpreendente que, dada essa situação, as reformas formais, nos níveis macroinstitucionais, não venham atenuando os temores – que crescem informalmente, que são do nível micro – de muitos cidadãos de que eles se encontram em perigo de perder – de fato, senão de direito – preciosas liberdades individuais e civis. Confrontos de rua, em geral verbais e ocasionalmente físicos, têm se tornado frequentes na medida em que pessoas com hábitos e modos de vida conflitantes se acotovelam em bairros urbanos superlotados. Esse hiato entre a reforma nos altos níveis e a difundida ansiedade relativa a perdas de liberdade merece atenção e análise.

Grandes cidades turcas, como a grande Istambul (*habitat* de cerca de um quinto da população de 74 milhões de pessoas do país), tornaram-se arenas nas quais estão sendo travados conflitos dramáticos a respeito de liberdades civis. Sinais visíveis da presença islâmica (véus femininos, restaurantes que se recusam a servir álcool ou que estão fechados durante o período diurno no mês de jejum do Ramadã) já não se restringem aos bairros pobres dominados por migrações recentes de populações do interior do país, mas podem ser vistos em áreas mais elegantes da cidade que eram, até recentemente, províncias quase exclusivas dos secularistas. Esse é, em parte, um sinal do domínio político do AKP e, em parte, um resultado da prosperidade e da mobilidade ascendentes que estão, agora, sendo desfrutadas por muitos muçulmanos devotos em uma Turquia cuja economia tem crescido rapidamente na última década. Istambul sempre congregou modos de vida mais conservadores e mais liberais, mas, quando eles eram mais ou menos segregados espacialmente, as instâncias de fricção entre eles eram raras. Quando expostos a um conflito entre costumes em seus ambientes privados, tanto os secularistas quanto os muçulmanos devotos expressam o medo de perder o “espaço pessoal” onde se sentem livres.

De uma forma um tanto irônica, tais “micro” preocupações (ao menos pelo lado secular) tomaram o lugar das antigas preocupações

“macro” de que o AKP seria inclinado a descartar o secular estado kemalista *tout court*, substituindo-o em larga escala pelas leis da *shari’a*. Na medida em que essa preocupação sobre a “islamização a partir do alto” tem recuado, os secularistas têm estado ansiosos sob o que está ocorrendo sob seus narizes. Mesmo os mais firmes secularistas passaram a admitir que os turcos islâmicos, embora seguramente queiram uma parcela maior de poder para si, não estão visando um “cenário iraniano” de imediata revolução islâmica de cima para baixo. No entanto, isso não exclui a possibilidade de um processo de “islamização de baixo para cima” cujo final seria tão indesejável para os secularistas quanto a islamização por meio do comando das altas autoridades do Estado.

Os temores relativos ao *status* e ao futuro da liberdade na Turquia – onde o AKP, segundo todas as indicações, tem obtido um domínio unipartidário seguro – levaram a um debate nacional (e mesmo internacional) a respeito do fenômeno conhecido como “pressão dos bairros”⁵. O medo de perder os “espaços individuais” livres parece estar amplamente associado à crescente presença nos bairros urbanos dos devotos muçulmanos conservadores, que são vistos por alguns observadores como crescentemente intolerantes em relação a outros modos de vida, principalmente os não religiosos.

Como os incidentes que envolvem a “pressão dos bairros” têm alcançado as manchetes dos jornais turcos, levantamentos nacionais têm tornado públicas as violações de direitos individuais e de liberdades civis nas principais cidades⁶. A tendência da cobertura tem sido a de apresentar os secularistas como vítimas e os muçulmanos devotos como agentes da repressão. Em meu próprio campo de pesquisa, tenho lutado para ser o mais imparcial possível. Em particular, tenho controlado conscientemente os “efeitos de localização” como forma de contornar o problema do viés da amostragem⁷.

A fim de tornar minha análise mais concreta, devo resumir alguns dos incidentes da vida cotidiana nos bairros de Istambul sobre os

quais tive conhecimento. Em um deles, o proprietário de uma cafeteria em Ümraniye – um lugar onde há muitos devotos, na parte nordeste de Istambul, que se tornou mais mesclado devido à gentrificação – proibiu uma comerciante secular de entrar em seu estabelecimento porque ela não estava acompanhada de um homem. Em outro, uma equipe esportiva – vestida com a roupa típica, ajustada ao corpo – foi acusada de homossexualidade e agredida por pessoas do local quando estacionou seu carro em uma loja de esquina de um bairro religioso. E ainda, em um terceiro caso, uma mulher usando véu, que estava fazendo compras em uma loja refinada no distrito secular de Teşvikiye, foi verbalmente agredida por outro comprador que gritou: “se você vai cobrir com um véu gigantesco as roupas de marca, pelas quais está pagando tão caro, que sentido tem fazer compras aqui? E, além do mais, que diabos você está fazendo aqui neste bairro? Você se perdeu na cidade?”. Outra jovem mulher, que usava véu e estava de mãos dadas com seu namorado, foi inquirida: “se você é devota e defende a moralidade religiosa, por que você tem namorado e por que não está vestida de modo modesto? Isso não é um pecado de acordo com a sua religião?”.

Eu tenho em meus arquivos muitas histórias como essas, de ambos os lados, em que se dividem religiosos e seculares, tendo reunido-as desde 2007 por meio de entrevistas e de grupos focais, assim como por meio de e-mails não solicitados que recebo depois de cada apresentação acadêmica ou aparição que faço na mídia. Quem “possui” o populoso espaço urbano da agitada Istambul (para falar apenas da cidade mais conhecida do país cuja população urbana é agora de 71%) é claramente um tema de séria discórdia pública. O modo pelo qual essa inevitável e cada vez mais penetrante disputa se desenvolve e é, por fim, solucionada (seja qual for a forma que a solução assuma) terá claramente um prolongado efeito sobre as perspectivas democráticas na Turquia. O caso turco nos convida a olhar além da ciência política convencional, com seu foco sobre o Estado e um punhado de instituições (partidos, eleições, cortes e

burocracias oficiais), a fim de aferir a política da vida cotidiana e suas implicações para a modernização⁸.

As Bênçãos do Iliberalismo Desastrado

Em agosto de 2011, pouco antes do começo do jejum do mês do ramadã, o primeiro-ministro Erdoğan fez uma visita pessoal inesperada às estreitas ruas da mesquita de Asmalı, próxima à praça Taksim, no coração do moderno centro da cidade de Istambul, onde tabernas conhecidas como *meyhane* - as quais, a céu aberto, vendem bebidas alcoólicas - proliferaram nos últimos anos. Na esteira de sua incursão, o governo local do AKP impôs restrições àqueles estabelecimentos, ordenando-lhes que mantivessem todas as mesas no seu interior e fora das vias públicas. Isso foi justificado como questão de segurança pública e de proteção do espaço público contra as ocupações ilegais de proprietários de pequenos negócios, mais do que como um ataque direto à cultura da bebida na região da mesquita de Asmalı. Muitos nas vizinhanças queixaram-se fortemente, mostrando que alguns dos bares tinham permissão para mesas a céu aberto, e acusaram o primeiro ministro de atacar a liberdade dos indivíduos de tomar bebidas alcoólicas a fim de bajular seus aliados islâmicos. O curioso espetáculo de um chefe de governo nacional inclinando-se sobre minúcias municipais como a colocação de mesas de bares em calçadas é mais um sinal do peso que a questão dos bairros possui na Turquia.

O episódio da mesquita de Asmalı não foi o primeiro em que o AKP tentou restringir as liberdades individuais e civis. Em setembro de 2004, ele teve que desistir de sua proposta de criminalizar o adultério depois que essa ideia deflagrou uma tumultuada reação liderada por grupos de mulheres⁹. Em agosto de 2008, o legislador do AKP Edibe Sözen sugeriu uma “lei de proteção aos jovens”, que exigiria o registro da venda de todo material considerado pornográfico e que impediria a entrada em restaurantes de qualquer criança com menos de dezesseis anos, mesmo acompanhada pelos pais.

Igualmente, de tempos em tempos, o AKP faz tentativas sutis de limpar as zonas de prostituição ou de “aumentar” a idade legal para ingestão de bebidas alcoólicas para 24 anos, em um país onde nunca existiu uma exigência reconhecida de idade mínima para a compra de bebidas alcoólicas e onde não é incomum os pais enviarem seus filhos à loja mais próxima para comprar uma garrafa de bebida.

O padrão usual do AKP é revelar uma de suas manobras para “remoralizar” a sociedade e logo abandoná-la rapidamente soterrada sob o bombardeio de indignação pública e censura que ela provoca. Há algum tempo, as incursões do AKP contra as liberdades civis não têm sido tão numerosas porque a Turquia possui um sistema legal relativamente estável, com o código civil mais secular (ainda que insuficientemente liberal) do Oriente Médio. O AKP não fez grandes progressos na moralização da sociedade “pelo alto” porque a oposição espontânea “de baixo para cima” tem crescido – não porque existam influentes, articulados, defensores dos princípios do liberalismo clássico e das liberdades civis no parlamento ou na vida pública. No poder, o AKP não enfrentou uma forte oposição política, seja no parlamento ou na forma de um movimento social firme e efetivo que seja capaz de desafiar sistematicamente as fraquezas e a indiferença governamental quando o assunto é a proteção e o aprimoramento da liberdade individual. Existe um espaço vazio na política turca onde os democratas liberais deveriam se posicionar, e os protestos a favor da liberdade deveriam acontecer nas ruas, e não nos corredores da alta política.

Vários grupos na Turquia, tanto devotos como seculares, gostam de se apropriar do termo “democrata liberal” para seu uso próprio, mas sem merecer verdadeiramente o título. Não apenas leigos e ativistas, mas também acadêmicos, parecem confusos, se não dúbios, a respeito do que significa a democracia liberal. Pelo bem da clareza, o termo deve ser reservado àqueles com um comprometimento consistente, sério e de princípios com a proteção das liberdades individuais e civis de *todos*, sem exceção.

A vida pública turca é cheia de pessoas que promovem várias exigências de direitos, mas essas se preocupam tipicamente com *suas próprias* agendas específicas (religiosas, étnicas, sexuais e outras), e pertencem menos ao domínio do liberalismo clássico do que a políticas de identidades. (Para dar um exemplo, pode-se defender a liberdade de uma mulher muçulmana usar véu sem necessariamente advogar a liberdade de religião para todos).

Dessa perspectiva, muitos dos partidários polarizados nos debates dos bairros – incluindo políticos e acadêmicos, assim como pessoas comuns – não são democratas liberais, mas litigantes bem específicos de um tipo ou de outro. Mais do que tudo, a onipresença dessa mentalidade de “litigantes especiais” e a concomitante escassez de liberais por princípio explicam por que as garantias efetivas de liberdades civis que abrigam a todos (incluindo as minorias de vários tipos, mulheres e jovens) estão tendo problemas em se tornar traços padrão na vida turca.

A ausência de uma verdadeira oposição liberal democrática ao AKP é obscurecida pelos desacordos menos relevantes que separam o governo de Erdoğan da principal corrente de oposição secularista, o Partido Republicano do Povo (CHP). A rivalidade parcial entre o AKP e o CHP esconde um grande problema da política turca, qual seja, o improdutivo acordo entre políticos devotos e seus pares secularistas em muitas questões. Ambos os grupos – e talvez particularmente os aguerridos membros do CHP seguidores do kemalismo, o qual é uma ideologia secular, mas dificilmente liberal – mostram uma perturbadora semelhança pela falta de qualquer compreensão genuína ou de qualquer comprometimento com a liberdade individual. Ambos têm feito pouco ou nada para garantir ou proteger a liberdade para todos, incluindo a das minorias étnicas, religiosas ou sexuais, assim como a dos jovens. As notórias deficiências da política turca em relação a temas tais como licença maternidade, disposições para os portadores de necessidades especiais e assédio sexual podem ser creditados à indiferença da maioria dos partidos em relação aos di-

reitos civis e às liberdades individuais. Devido ao fato de essas questões não serem tópicos de disputa partidária, as fraquezas da Turquia para lidar com elas escapam com frequência a um escrutínio crítico. Ao contrário, enquanto o AKP e o CHP estão ocupados com suas discordâncias relativas ao secularismo, eles convergem amplamente em sua compartilhada intolerância com relação aos homossexuais, sua falta de preocupação sobre o *status* e o tratamento da mulher, e sua relativa indiferença quando se trata de liberdades civis e políticas (particularmente dos jovens e das minorias étnicas ou religiosas).

A sociedade civil ainda não produziu um forte movimento de jovens e de mulheres suficientemente audível para convocar os políticos a prestar contas. No momento, a energia liberal que existe parece se dirigir à reivindicação de um tratamento mais justo para os cidadãos turcos de etnia curda, mas existem ainda coisas que permanecem amplamente no domínio “étnico” da política de identidade ao invés de se estender ao domínio “cívico” da garantia de direitos a todos. Na linha do que Philippe Schmitter chamou de o caráter “menos significativo”¹⁰ das recentes democratizações, a Turquia tem caminhado por meio de um processo de reforma política substantiva e de liberdade civil que não tem oferecido a muitas pessoas o grau de liberdade individual e civil que elas acreditam merecer. Ao invés de conseguir liberalização sem democratização genuína, eles estão obtendo democratização com insuficiente liberalização. Por essa razão, justapõem-se um considerável progresso feito pela Turquia no *front* da reforma política institucional e a luta para assegurar liberdades civis e individuais que acabam sendo deixadas ao sabor das lutas nas ruas.

Contenção de Disputas como Progresso

Estudiosos da democratização, que normalmente se concentram em instituições, gostam de argumentar que as sociedades em transição tendem a arrefecer sua busca por rápidas reformas institucionais quando a expansão da participação democrática começa a estimular a crescente desordem social. Outros advogam pela confiança na “po-

lítica do povo”. Ainda que isso não signifique que devemos depositar completa e incondicional confiança em *todas* as políticas do povo, a verdade é que democratas liberais, firme e genuinamente dotados de princípios, são minoria mesmo nas democracias mais avançadas¹¹.

Ao pensar sobre o caso turco, devemos lembrar que ser devoto e observante da religião não significa que alguém tenha uma personalidade autoritária e, ao contrário, que ser secularista por si só não faz de ninguém um defensor dos princípios do liberalismo clássico, universal. Os turcos de várias crenças estão discutindo como devem viver juntos em uma sociedade democrática. O que eles estão dizendo e como eles estão fazendo isso pode nem sempre ser agradável ou edificante, mas ao menos eles estão conversando entre si (e, às vezes, até mesmo divergindo com os membros de seu próprio grupo), o que é melhor do que o antigo *status quo* de barreiras impermeáveis através das quais palavras eram raramente trocadas. As disputas, além disso, não são sempre ou simplesmente relativas à religião, mas podem também ser sobre assuntos como visão política de mundo aberta à discussão, e talvez ainda uma medida de acomodação sob a rubrica liberal clássica de proteção aos direitos e liberdades para todos.

As boas notícias sobre a contestação nas ruas é que elas representam não apenas uma mera desordem social, mas uma tentativa rudimentar das pessoas comuns de forjar a configuração de uma Turquia democrática. Apesar da rápida reforma política, os principais partidos – com seu compartilhado apoio tácito ao *status quo*, ainda iliberal – falharam em (ou nem sequer tentaram) promover e defender as liberdades civis e individuais. Suas reformas institucionais são, portanto, quase como letras sem música, e não fazem o suficiente para proteger e apoiar as liberdades civis¹². As lutas de bairros nos lembram que a política para o povo comum e a vida cotidiana não podem ser negligenciadas ou subestimadas seja pelos políticos ou pelos analistas. Os ecos e ondas do debate por toda a nação sobre as pressões das ruas já permitem sugerir que as ações e as vozes das pessoas comuns contam de fato na conformação dos processos polí-

ticos de nível macro.

A Turquia está agora no centro do cenário como um modelo de democracia muçulmana secular em rápida mudança no Oriente Médio. Como o primeiro Ministro Erdoğan tem explicado eloquentemente, o AKP tem provado, de fato, que seus detratores estão equivocados a respeito de um ponto-chave, e tem mostrado que um partido de orientação islâmica pode ser responsável por um Estado secular. Ainda assim, se as acusações de que o AKP pretende derrubar os princípios do secularismo constitucional perderam seu prazo de validade, a tendência a elogiar os turcos islâmicos por terem feito sua paz com o secularismo também atingiu seu limite. É hora de focar no grande desafio remanescente – estabelecer as liberdades individuais requeridas por uma democracia robusta e liberal. É irônico que as pessoas comuns, ao reagirem a preocupações locais, pareçam estar assumindo esse desafio com mais intensidade e entusiasmo do que aqueles que são membros da elite política com assento no parlamento nacional.

Nota

A autora gostaria de agradecer a Yeşim Bayar e a Tom Viccino por seus comentários construtivos e é grata a Ahmet Kuru por seu engajamento crítico e pelas discussões acadêmicas durante a redação deste artigo.

NOTAS

1. Ahmet T. Kuru e Alfred Stepan (eds.), *Democracy, Islam, and Secularism in Turkey* (New York: Columbia University Press, 2012), 9.

2. Kuru e Stepan, *Democracy, Islam and Secularism in Turkey*, 162.

3. Ver www.news.com.au/breaking-news/turkish-journalists-face-chilling-situation/story-e6frjku0-1226196216052.

4. Ver İclal Aydın “Ah ulan ‘Rıza’” [Argh, “Consent’] *Vatan* (Istambul), 27 de novembro de 2011. Disponível em: <http://haber.gazetevatan.com/Haber/413484/1/Gundem>. Note-se que esse título é sarcástico, já que a palavra “riza” é também um nome masculino em turco.

5. Ver Altınorder Ateş, “The Debate on Neighborhood Pressure in Turkey”, *Footnotes* (American Sociological Association newsletter), fevereiro de 2009, 2;

Berna Turam, “A Contested Neighborhood of Istanbul: Space and Power-Sharing in Everyday Life”, *paper* apresentado no encontro anual da ASA, Las Vegas, 2011; e Ruşen Çakır, *Mahalle Baskisi* [Pressão dos bairros] (Istanbul: Doğan Kitapçılık, 2008).

6. Para uma discussão a respeito dessas pesquisas e de seus achados, ver Binnaz Toprak, *Türkiye’de farklı olmak: Din ve muhafazakarlık ekseninde ötekileştirenler* [Ser diferente na Turquia: aqueles que são tidos como “outros” com base no nacionalismo e no conservadorismo] (Istanbul: Metis, 2009).

7. Para evitar esse viés, deve-se ou realizar um estudo de campo em profundidade e de longa duração a fim de se compreender e explicar os múltiplos níveis e aspectos da política em certos locais (nesse caso, os bairros), ou entrevistar uma ampla série de pessoas em uma amostra transversal equilibrada de bairros a fim de se estar seguro de não se estar, por exemplo, ouvindo principalmente os relatos dos turcos mais seculares sobre suas impressões negativas dos encontros nas calçadas com os religiosos praticantes.

8. Para exceções notáveis à abordagem convencional, ver Salwa Ismail, *Political Life in Cairo’s New Quarters* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006); Asef Bayat, *Life as Politics* (Stanford: Stanford University Press, 2010); Lisa Wedeen, *Peripheral Visions* (Chicago: University of Chicago Press, 2009); Çağlar Keyder, “Globalization and Social Exclusion in Istanbul”, *International Journal of Urban and Regional Research*, 29 (março de 2005): 124–34.

9. Susan Sachs, “Adultery a Crime? The Turks Think Again and Say No”, *New York Times*, 15 de setembro de 2004.

10. Philippe C. Schmitter, “Democracy’s Past and Future: Twenty-Five Years, Fifteen Findings”, *Journal of Democracy* 21 (janeiro de 2010): 19.

11. Ghassan Salamé, “Introduction: Where Are the Democrats?” In: Salamé, (ed.), *Democracy without Democrats* (London: I. B. Tauris, 1994).

12. Consequentemente, é necessária uma avaliação em profundidade do caso turco a fim de se prevenir mal-entendidos a respeito da democratização, já que os estudos frequentemente focam o processo eleitoral e a reforma política as custas de temas relacionados ao *status* das liberdades individuais e civis.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação iFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, através da produção de conhecimento e do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo.

Oferece uma infraestrutura virtual com um banco de dados e uma biblioteca *on-line* que facilita o acesso a instituições de pesquisa que trabalham temas relacionados à democracia na América Latina e à sua produção intelectual. Por sua vez, desenvolve pesquisas em áreas-chave para a consolidação da democracia na região, que posteriormente são discutidas com intelectuais públicos latino-americanos e transformadas em textos amplamente difundidos. Conjuntamente com 21 centros de pesquisas associados, localizados em 11 países da América Latina, realiza fóruns para promover o diálogo entre os produtores de conhecimento e os diferentes atores sociais e políticos.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

[http://www.plataformademocratica.org/Portugues/](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx)

[PublicacoesAmericaLatina.aspx](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx)

[http://www.plataformademocratica.org/Portugues/](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx)

[PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx)

Meios de comunicação e Democracia:

[http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion)

[aspx#MediosComunicacion](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion)

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf)

[desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf)

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>